



MOÇÃO

Defender os serviços públicos de água e resíduos e os direitos dos trabalhadores

O anterior governo PSD/CDS, aprofundando medidas levadas a cabo no passado, tudo fez para privatizar os serviços públicos de água e resíduos, e só a luta impediu que os seus planos fossem plenamente concretizados.

Mas os estragos foram muitos. PSD/CDS venderam a EGF à SUMA/Mota-Engil, criando um monopólio privado de resíduos sem paralelo na Europa, num processo que foi tudo menos claro. Passado mais de um ano da privatização, as condições de trabalho degradaram-se, os serviços pioraram, e a prioridade do accionista privado, a SUMA, que não respeita a contratação colectiva e mantém os salários congelados, consiste unicamente em embolsar os resultados/dividendos gerados pelas empresas e pelos trabalhadores antes da privatização - mais de 20 milhões de euros em 2015. O STAL considera por isso muito negativa a decisão do actual Governo, contrariamente ao que admitiu no seu programa eleitoral, de não reverter a privatização da EGF, um negócio ilegal e ruinoso.

No sector da água, PSD/CDS concentraram os sistemas multimunicipais de água e saneamento, processo assente na expropriação do património dos municípios envolvidos, no agravamento da exploração laboral e uma antecâmara de uma futura privatização.

O Governo PS assumiu a reversão das fusões das empresas de águas, processo em curso. É todavia claro que este não é o caminho para garantir uma gestão pública da água, democrática e próxima das populações e para salvaguardar os direitos dos trabalhadores; por isso mantemos a nossa frontal oposição a qualquer integração dos sistemas municipais no grupo Águas de Portugal (uma empresa pública, com gestão privada), porque isso significaria o completo afastamento dos municípios e das populações da gestão deste bem essencial e a viabilização das intenções privatizadoras que as últimas eleições legislativas interromperam, mas que estão longe de estar derrotadas.

Em desenvolvimento está também a agregação dos serviços» em «baixa». Mantemos que esta é uma decisão que compete exclusivamente aos municípios tomar, pois são eles os titulares e donos dos sistemas municipais, além de que a sua eventual concretização, respeitando a autonomia local, a Constituição, os direitos das populações e dos trabalhadores, tem de ter como objectivo a construção de uma gestão pública municipal de qualidade dos serviços de águas.

Registamos com preocupação que a participação privada continua a aumentar no sector dos resíduos e da limpeza urbanas, num sector marcado pelos baixos salários, pela precariedade e pelos desrespeito dos direitos.

Na água, está em curso um processo de privatização/concessão dos serviços municipais em Vila Real de Santo António (autarquia que também entregou aos privados a recolha de lixo), medida que repudiamos e combatemos, pois a privatização da água, bem essencial à vida, além de politicamente inaceitável, é uma decisão económica profundamente errada e socialmente injusta. Neste sentido, o STAL apela à participação na manifestação agendada para amanhã, em Vila Real de Santo António, pelas 10h30, na Praça Marquês de Pombal, em defesa dos serviços públicos de água e resíduos, contra a privatização.

O STAL valoriza a existência de Projectos de lei contra a privatização da água, nomeadamente do PCP e do PEV, e em particular, a entrada novamente na Assembleia da República do PROJETO DE LEI N.º 335/XIII/2.ª «PROTEÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COMUNS À ÁGUA». O Projecto apresentado pelo BE, transcreve integralmente o texto apresentado em 2013, respeitando assim a vontade e a exigência das organizações promotoras e das dezenas de milhares de subscritores. O STAL apela desde já desde já a todos os cidadãos para que se empenhem em mais este combate, acompanhando o desenvolvimento de todo o processo legislativo, que se deseja o mais célere possível e exige a aprovação deste Projecto sem amputações e alterações, lembrando que o mesmo foi votado favoravelmente em 2014, por PS, PCP, BE e PEV, forças que estão hoje em maioria.

Neste contexto, a Direcção Nacional, decide ainda:

- Manter o combate contra a privatização/concessão dos serviços de água e saneamento e resíduos;
- Exigir a reversão da privatização da EGF;
- Exigir a reversão do processo de fusão dos sistemas multimunicipais de águas e saneamento em «alta» e o respeito pelos direitos dos trabalhadores, dos princípios da autonomia local, da subsidiariedade e da descentralização;
- Exigir o reforço e a valorização das atribuições e competências municipais na prestação dos serviços de água, mediante a afectação dos meios financeiros, humanos e técnicos para responder às necessidades das

- populações e garantir o pleno respeito pela autonomia municipal nos domínios gestor e organizacional;
- Afirmar a necessidade de políticas concretas de coesão territorial que permitam aos territórios que, por razões específicas, incorram em especial esforço económico para garantir os serviços de água, o possam fazer em condição de sustentabilidade e acessibilidade económica para as suas populações;
 - Afirmar os serviços públicos de água e resíduos como caminho único da garantia da universalidade de acesso às populações;
 - Pugnar pelo regresso aos municípios dos serviços privatizados;
 - Intensificar a acção reivindicativa nos locais de trabalho, afirmando a defesa dos postos de trabalho, o aumento dos salários e o respeito pelos direitos;
 - Exigir a contratação de trabalhadores indispensáveis para assegurar um serviço público de qualidade e o respeito pela negociação colectiva;
 - Rejeitar quaisquer tentativas de incluir os serviços públicos de águas nos tratados de comércio (TTIP, CETA).

A Direcção Nacional

Lisboa, 25 de Novembro de 2016